



EJA E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UMA ANÁLISE DA ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Luana Leal Ribeiro¹

RESUMO: O presente trabalho é fruto de uma pesquisa realizada no ano de 2013 na cidade de Campos dos Goytacazes, onde foram visitadas duas instituições a fim de delinear o panorama de oferecimento da Educação de Jovens e Adultos articulado ao Atendimento Educacional Especializado nas instituições SMECE e IFF no município. No decorrer do trabalho, são apresentados os dados obtidos na pesquisa através de acervo pessoal e bibliográfico acerca da temática. Após análise dos dados, pôde se perceber que, apesar do oferecimento das modalidades no município, ainda há pontos de fragilidade que vão desembocar na permanência do público alvo dessa modalidade nas instituições, por não conseguirem avançar e concluir as etapas escolares.

Palavras-chave: EJA; AEE; Deficiência; Permanência.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu a partir da experiência de estágio no ano de 2013 na Associação de Proteção e Orientação aos Excepcionais – APOE, localizada em Campos dos Goytacazes/RJ que tem como público alvo de atendimento, pessoas com deficiência auditiva e/ou intelectual. A escolaridade dos jovens que frequentavam a instituição se apresentava baixa ou nula e para tentar desvendar o motivo e mudar esse panorama, foi elaborado um projeto de intervenção que visava à inclusão/permanência de jovens e adultos com deficiência nas escolas.

Para que o objetivo do projeto de intervenção fosse alcançado, era necessário mapear a rede de oferta educacional que disponibilizava Atendimento Educacional Especializado – A.E.E e, também, fazer o levantamento das escolas que possuíam a oferta da modalidade de

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Email: luanaleal@hotmail.com.

Educação de Jovens e Adultos, pois a maioria dos jovens que frequentam a APOE estavam em situação de distorção idade-série.

Foram realizadas visitas à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes – SMECE do município de Campos dos Goytacazes, especificamente no Departamento Multiprofissional, sendo este o responsável pela elaboração de estratégias e parcerias entre equipes multiprofissionais, visando à garantia do acesso e permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular e especial, e na gerência da EJA, pelo fato dos jovens estarem em situação de distorção.

Além da SMECE, foram realizadas visitas ao Instituto Federal Fluminense (IFF) também no município de Campos dos Goytacazes, visando conhecer as modalidades de EJA e PROEJA. Nessa mesma instituição, foi conhecido o Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais - NAPNEE, sendo o núcleo do IFF que auxilia na inclusão escolar de pessoas com deficiência, com oferecimento de atendimento a todas as modalidades de ensino da instituição, com atuação através da adaptação do material didático para alunos com deficiência e o oferecimento de apoio e orientação aos professores em relação à inclusão desses alunos na sala regular.

Apesar dos avanços verificados, foi possível compreender que são necessárias ações de fortalecimento de vínculos entre as modalidades EJA e AEE, para que novas estratégias possam ser pensadas e efetivadas para benefício de jovens e adultos com necessidades educacionais especiais que se encontram em situação de distorção idade/série. Essas ações poderão facilitar e acelerar o processo de escolarização dessas pessoas, ocasionando não somente a inserção e permanência, mas também a conclusão das modalidades escolares.

As dificuldades encontradas para inserção, permanência e conclusão dos jovens nas escolas e a oferta de EJA e A.E.E.

A Associação de Proteção e Orientação aos Excepcionais – APOE fundada pela jornalista Diva Goulart em 1964, tem como público alvo de atendimento pessoas com deficiência auditiva, intelectual ou um conjunto das duas deficiências, sendo sua sede em Campos dos Goytacazes/RJ. Foi criado em 2005 o Programa Qualificando-se para Vencer Desafios que tem como um dos objetivos e atribuições, a promoção de ações que qualifiquem adolescentes com deficiência para sua inserção no mercado de trabalho formal. Durante a convivência com os jovens que se inseriam no Programa, foi possível perceber o baixo nível de escolaridade entre eles, principalmente entre os jovens que possuíam deficiência

intelectual. A realidade desses jovens estava em acordo com a média nacional em relação à escolarização de pessoas com deficiência, pois de acordo com a Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência (2012), as que possuem deficiência intelectual, sendo a maioria no Programa, são os que apresentam menor taxa de alfabetização. Ainda de acordo com a Cartilha (2012), a falta ou a baixa escolarização, também interfere fortemente na renda dos trabalhadores que possuem deficiência.

Diante desse cenário, no ano de 2013, foram implementadas ações juntamente a esses jovens e seus familiares, fruto de um projeto de intervenção que visava à inclusão dos participantes do programa da APOE na rede regular de ensino, na tentativa de estar assegurando e efetivando garantia do direito de todos à educação, através do acesso, permanência e continuidade de estudos no ensino regular.

Para tal, foi necessário conhecer a relevância do tema “escolarização” para os pais dos inseridos no Programa de Qualificação. No primeiro encontro com os familiares, foi ressaltado por alguns deles que já tiveram diversas experiências de tentativa de inclusão de seus entes em escolas regulares e que percebiam que a maioria dos professores, não possuía entendimento sobre o processo de inclusão, inclusive desestimulando a escolarização dos jovens com deficiência. Também destacaram que quando conseguiam efetivar a matrícula, não conseguiam perceber grandes avanços em termos educacionais, ocasionando em situação de distorção idade-série².

Através desses relatos em relação às dificuldades apresentadas, pode-se perceber uma enorme distância entre a integração e a inclusão, não sendo esse segundo processo percebido pelos familiares. O processo de inclusão visa à diminuição ou erradicação dos tipos de exclusão do âmbito escolar. Já na integração, o aluno deve adequar-se à estrutura vigente, sendo sua responsabilidade, a adequação à escola, e não a escola à ele, onde esse aluno com deficiência, deveria modificar-se para que de maneira produtiva, passe a fazer parte da escola, sendo conseqüentemente, aceito por ela (FOGLI; FILHO; OLIVEIRA, 2008).

Após breve apresentação do Projeto, onde foi destacado o objetivo e a metodologia, foram entregues questionários para que pudessem responder, contendo perguntas sobre as dificuldades encontradas para inserção e/ou permanência dos jovens nas escolas.

² O aluno é considerado em situação de distorção idade-série quando a diferença entre a idade do aluno e a idade prevista para a série é de dois anos ou mais. De acordo com a lei 9.394/1996, a criança deve ingressar aos 6 anos no 1º ano do ensino fundamental e concluir a etapa aos 14. Na faixa etária dos 15 aos 17 anos, o jovem deve estar matriculado no ensino médio.

Foram entregues 33 questionários e devolvidos 22 preenchidos, onde foram respondidos que 11 jovens estavam estudando e 11 não estavam. Em relação às dificuldades de manter o jovem na escola, 8 respostas citaram a dificuldade de aprendizagem, seguidos também de questões como falta de estrutura das escolas; aula ser oferecida no período noturno; jovens não ter paciência para aprender.

Dentre os pais que responderam que os filhos não estavam estudando, informaram diversos motivos pelo fato, como por exemplo, não ter encontrado escola adequada no período da manhã; a escola não estimula adequadamente; dificuldade de adaptação e dificuldade de levar o jovem na escola. Em relação à questão se os pais/responsáveis gostariam que o filho estudasse, todos os 22 responderam que sim, e ao serem questionados sobre o motivo, informaram que o filho tem vontade de estudar; o aprendizado é necessário; melhora a qualificação; filho pode ser independente e filho tem que ser alguém na vida. Com isso, foi possível conhecer a relevância do tema “escolarização” para os pais dos inseridos no programa, assim como as dificuldades encontradas para um efetivo acesso e permanência desses jovens na escola.

Para realizar o mapeamento da oferta de Educação Especial no município de Campos, foi feita uma visita à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes - SMECE e na ocasião, foi conversado com a coordenadora e a vice do Departamento Multiprofissional, sendo este, o setor responsável pela formulação e avaliação das ações desempenhadas pela Educação Especial.

Questionada sobre essa oferta, foi informado que o aluno teria que estar matriculado no ensino regular, e mediante laudo médico, poderia frequentar o A.E.E. se necessário em regime de contraturno. O professor teria que ter um perfil e era orientado em relação ao trabalho que deveria ser realizado nesse espaço, devendo conhecer as patologias dos alunos que frequentam a sala, também sendo um trabalho mais individualizado, para atendimento das necessidades individuais de cada aluno.

O Departamento Multiprofissional, também dispunha de uma equipe de professores itinerantes, que passou por uma capacitação e atuava na orientação dos professores em relação às deficiências, através de visitas às escolas, buscando conhecer as necessidades dos alunos e a efetividade do trabalho realizado tanto na sala de recursos, quanto na sala regular, registrando essas questões, através de relatórios, orientando os professores das duas modalidades, em relação ao atendimento do aluno de acordo com a patologia que ele possui, para uma melhor adaptação. A partir desses relatórios, seria possível serem preparadas avaliações para os alunos de acordo com suas necessidades.

Em relação à dificuldade de aprendizagem, apresentada nos questionários como uma das maiores dificuldades para efetivação da permanência e conclusão escolar, Machado (2009) ressalta que o processo de inclusão, não combina com práticas compensatórias nas salas de recursos, e sim com práticas transformadoras, e que, portanto, para isso acontecer, os professores que atuam nas salas de recursos, não podem ser os únicos responsabilizados pela inclusão, mas que também, a parceria com os professores do ensino regular, se torna primordial nesse processo de inclusão (MACHADO, 2009).

Elas também destacaram a importância da família na escolarização da criança com deficiência, pois segundo elas, a família é tudo nesse processo, pois se esta não acreditar que o filho é capaz de aprender, esse jovem provavelmente não irá mesmo.

Além da necessidade de se mapear as unidades escolares que disponibilizavam o A.E.E., foi necessário também fazer o levantamento das escolas que possuem a Educação de Jovens e Adultos da rede municipal, pelo fato da maioria dos jovens que frequentam o Programa da APOE, estarem em situação de distorção idade-série. De acordo com levantamento de dados realizado nos prontuários destes jovens, foi constatado que dos 51 alunos ativos no programa, apenas 17 jovens estavam frequentando as atividades escolares, sendo 12 no ensino fundamental, 3 no ensino médio e 2 no ensino especializado, frequentando a sala de recursos. Somente 5 jovens possuíam o ensino médio completo e 4 o ensino fundamental.

Também foi possível constatar que todos os 25 jovens que não estavam frequentando a escola, evadiram no ensino fundamental ou ensino especializado, o que demonstra uma fragilidade nesses segmentos por não conseguirem manter os jovens frequentando o ensino escolar, onde muitos deles não chegam a ser nem alfabetizados.

Para esse levantamento que estava delimitado no projeto como um dos procedimentos operacionais foi realizada uma visita novamente à SMECE a fim de conversar com a gerente da EJA.

Foi apresentada a tabulação feita a partir das respostas dos pais, nos questionários entregues, como parte do projeto de intervenção, sendo uma das principais dificuldades que justificavam os filhos não estarem estudando, o fato das aulas serem no período noturno, o que dificultaria a locomoção do jovem e de seus familiares que acompanham os filhos até as escolas.

Ela comenta a evasão escolar dos alunos da EJA no município estava sendo alarmante, e que possivelmente, uma das causas seria por somente ser oferecida em horário noturno, ou pelo fato de não estarem se adequando à modalidade, o que faz com que eles comecem a

frequentar, mas por não conseguir acompanhar e adaptar, acabassem evadindo a escola. Acerca dessa questão, a coordenadora completa que no ano 2010, foi realizado um levantamento para se ter conhecimento sobre a demanda por uma EJA diurna, e que a princípio, uma escola seria utilizada como polo para o funcionamento dessa modalidade. Foram mapeadas as escolas centrais que possuíam como parte do seu público, alunos com 15 anos ou mais, em situação de distorção idade-série ou que cumpriam medida socioeducativa, onde esses alunos seriam encaminhados para essa escola polo, e com a migração desses alunos para o polo, conseqüentemente, as escolas centrais, iriam abrir vagas para alunos que se encontravam em situação escolar regularizada. Ela ressaltou que possuía dados também do Departamento Multiprofissional, em relação aos jovens que frequentavam a sala de recursos e que também estavam em situação de distorção idade-série.

Complementa sua fala ressaltando que muitos pais não estão preocupados com a inclusão e que não percebem o filho como uma criança/jovem que precisa de atenção e cuidados especiais.

A exclusão da criança com deficiência dos espaços educacionais regulares acaba gerando a escolarização tardia dessas pessoas, fazendo com que a EJA passe a ser uma modalidade de ensino que tem cada vez mais alunos com deficiência. Esse fenômeno tem acontecido principalmente com a transferência dos alunos das instituições, classes e escolas especiais que migraram para salas do ensino regular, através também do avanço da conscientização e luta dos movimentos sociais que buscam assegurar o acesso das pessoas com deficiência ao ensino regular (GONÇALVES, 2012).

As pessoas com deficiência, ao longo da história, são excluídas do convívio em sociedade, tornando-se “invisíveis”, pois geralmente, não frequentam os espaços de convivência sociais, privados e públicos, o que impede a criação e fortalecimento de vínculos e interações das pessoas sem deficiência com as pessoas com deficiência. No âmbito escolar, Ferreira (2009) aponta que essa invisibilidade tende a causar graves conseqüências, onde a criança que deveria estar frequentando a escola, quando é excluída desse espaço, fica impossibilitada de praticar essa experiência educacional e de sociabilidade. Quando esse fenômeno acontece, provoca-se uma escolarização tardia da pessoa com deficiência, isto se o jovem e a família concordarem que algum dia essa escolarização deverá acontecer, porém, quando esse pensamento não acomete a pessoa com deficiência e seus responsáveis, tem-se o analfabetismo juvenil e adulto.

Também com objetivo de conhecer a oferta de EJA e A.E.E, foi realizada uma visita ao Instituto Federal Fluminense – IFF. Em relação à EJA, a coordenadora dessa modalidade na

instituição explicou que o IFF disponibilizava da alfabetização (1º ano) ao 5º ano onde o aluno possuía aula de segunda à sexta em período noturno. Questionada sobre a possibilidade de abrirem turmas a partir de 6º ano em 2014, e ela afirmou que todo o material já havia sido comprado e que haveria divulgação para matrícula. Ainda sobre essa questão, foram pedidas mais informações e ela explicou que a partir do 6º ano, a metodologia de ensino será alterada. O aluno teria todo o suporte necessário dos professores em plantões de todas as disciplinas, porém o aluno iria estudar em casa, através da leitura do material disponibilizado. Ela ressaltou que esse aluno, poderia ir ao IFF todos os dias para estudar com os professores no período da tarde e noite, mas no caso desse aluno sinalizar muita dificuldade, a coordenação da EJA iria disponibilizar professores que dariam aula para o aluno que necessitar de maior atenção em relação aos estudos, mas que, a princípio, não haveria um professor em sala para dar aula sobre determinada disciplina.

No caso dos alunos que iriam ingressar a partir do 6º ano, estes deveriam realizar um pré-teste para que pudesse ser avaliado o nível de conhecimento do aluno. O tempo de duração do segundo segmento iria depender da disponibilidade e desenvolvimento do aluno, pois ao estudar “sozinho”, esse aluno poderia fazer as provas assim que estivesse se sentindo preparado, e a medida que fosse sendo aprovado, iria avançando de nível, até a conclusão do 9º ano, com a conclusão do ensino fundamental. A coordenadora ainda ressaltou, que ao finalizar o 9º ano, o aluno seria incentivado à participar da seleção para o PROEJA, que integra médio e técnico, dando continuidade aos estudos, sendo esta, uma das principais razões para a disponibilização do segundo segmento do fundamental para a modalidade EJA, visando encaminhar os alunos para uma qualificação e formação técnica.

Foi questionado se a EJA do IFF tem alguma ligação com o NAPNEE - Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, e ela ressaltou que tinha total ligação, pois todos os casos em que o aluno precisava de uma orientação especial eram encaminhados para o núcleo, que atuava para a diminuição das dificuldades e adaptação dos conteúdos, visando o melhor desenvolvimento dos alunos que possuem dificuldade de aprendizagem.

Ele prosseguiu contando que já tiveram alunos com todos os tipos de deficiência, mas que nesses casos, seria necessário um laudo médico constando detalhes da deficiência, para que pudesse ser analisado pela equipe da EJA, se os professores teriam capacidade de acompanhar essas pessoas, e se os mesmo iriam conseguir se adaptar à turma, pois, o público majoritário atualmente dessa modalidade, possui entre 30 e 50 anos de idade, e que talvez um jovem, por mais que possua deficiência, pudesse ter dificuldades de acompanhar o ritmo, não

por ser rápido, mas por ser até devagar demais. Sobre essa questão, ela prosseguiu afirmando que havia um projeto de separação dessas faixas etárias, para não comprometer o desenvolvimento de ambas as faixas, porém, o público jovem que frequentava a modalidade EJA é muito pequeno, não sendo suficiente para a criação de novas turmas.

Após conversa com a coordenadora da EJA, foi procurado o NAPNEE, em busca de aprofundar as informações sobre a atuação do núcleo junto aos alunos da EJA. Recebida pela coordenadora do projeto de extensão da Biblioteca Acessível, ela mostrou um folder com algumas atividades do núcleo, sendo essas atividades, curso de braile, curso de libras, aulas de reforço, adaptação de material didático, apoio e orientação aos professores e banco de RH acessível.

O Projeto de Intervenção foi apresentado e explicado sobre os objetivos, assim como os dados obtidos até àquele momento, e que estes, seriam apresentados aos pais dos jovens que participam do programa da APOE, com o objetivo de incentivar à escolarização desses jovens. Questionada sobre a atuação do núcleo em relação à pessoas com deficiência que frequentavam o IFF, ela explicou que quando havia algum estudante que necessitava de apoio, por ter deficiência e dificuldade no aprendizado, o núcleo auxiliava com materiais adaptados, fazendo também orientações aos professores.

Além dos alunos que frequentavam a EJA, o núcleo também atendia alunos dos cursos médio, técnico e superior, sendo em grande maioria, alunos com deficiência visual e auditiva. Ela ressaltou que naquele momento, o núcleo não atendia nenhuma pessoa com deficiência intelectual, pelo fato de não ter essas pessoas cursando o ensino médio. Ela completou que muitas vezes a família também não possui informação suficiente sobre as possibilidades das pessoas com deficiência estarem estudando, ou por pensarem que as escolas não possuem estrutura adequada e que os filhos não vão conseguir se adaptar.

A EJA como uma modalidade educacional que atende uma população diferenciada, acaba por “acolher” os excluídos do mundo escolar e procura inclui-los no processo educacional, onde, portanto, a questão da inclusão passa a abranger o atendimento não somente aos alunos com necessidades educacionais especiais, mas também àqueles que apresentam dificuldades em seu processo de ensino aprendizagem (CONTINI, 2008). A discussão sobre inclusão educacional passa a ser incorporada pela EJA à medida que esta modalidade de ensino começa a receber alunos com deficiência, emergindo o desafio de se pensar em uma nova postura na EJA, com a necessidade de rever conceitos e práticas pedagógicas no sentido de atender também este público que tem direitos garantidos por lei e necessita de atendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa em 2013, foi possível perceber que o município já possui uma estrutura para atender às demandas pela EJA e AEE, levando em consideração as instituições pesquisadas. Porém, essa estrutura não é suficiente e totalmente eficiente, uma vez que foi possível coletar uma série de reclamações dos pais e dos jovens que frequentavam a APOE e também a EJA em escolas regulares. Autores como Contini (2008) e Siems (2011) trazem, em suas discussões, que a falta de estrutura dessas modalidades acaba por estender o tempo de permanência desses alunos na modalidade EJA, sendo necessárias reformulações de práticas pedagógicas e estímulo à qualificação continuada pelos profissionais dessas modalidades, para melhor atender às demandas dos alunos com necessidades educacionais especiais que frequentam a educação regular através da EJA.

Apesar dos avanços, percebe-se que a questão da inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular, ainda não acontece de forma efetivada, onde se pode considerar a entrada do aluno na escola apenas na forma de inserção, pois a permanência e conclusão das modalidades, ainda não é a realidade da maioria desses alunos. A condição precária da educação inclusiva desemboca na permanência dos alunos com deficiência, anos e anos na mesma fase da EJA, sem que haja grandes avanços e que geralmente ocasiona em abandono da escola por parte desse aluno. Nesse sentido, a permanência no sistema educacional na modalidade EJA por parte desses alunos com deficiência, não se trata de continuidade visando à conclusão, e sim, permanecem por não conseguirem avançar.

Também carece destacar, as passagens nas quais os pais apontam os motivos pelo qual os filhos não estavam matriculados na rede regular de ensino. A dificuldade de aprendizagem dos jovens, o despreparo dos professores com o ensino ofertado aos alunos com deficiência, a falta de estrutura das escolas e principalmente a aula ser oferecida no período noturno, foram os principais pontos abordados pelos familiares, tanto nos questionários respondidos por estes, quanto nas reuniões presenciais.

Por outro lado, as narrativas dos profissionais da área da educação, também apontam para a família como um dificultador da efetividade dos estudos de seus entes com deficiência. Destacam que há duas posturas bastante adotadas pelos familiares, sendo uma, o descrédito total e falta de estímulo ao desenvolvimento de seus filhos, e a outra, de uma busca para que a criança seja igual às demais, sem respeitar as limitações da deficiência. Essas posturas foram

apontadas pelos profissionais da educação como grandes empecilhos para que a criança com deficiência consiga se desenvolver no âmbito escolar.

Nessa dualidade, percebe-se a urgência de ações que possam fortalecer os vínculos entre os alunos que possuem deficiência, sua família e a escola, e principalmente entre as modalidades da EJA e da Educação Especial desenvolvida através do Atendimento Educacional Especializado para que de fato, a educação inclusiva possa ter espaço no cotidiano desses atores, sendo esta última uma modalidade que ainda engatinha, mas que tende a crescer e se desenvolver, se guiado por ações que visem um futuro de igualdade de oportunidades e de acesso e permanência no âmbito escolar. Conseqüentemente, essas ações irão refletir no mercado de trabalho, que passará a absorver as pessoas que possuem deficiência, não somente pelo fato das empresas serem obrigadas a reservar uma porcentagem para a contratação dessas pessoas, mas sim, porque estas são qualificadas e capazes de realizarem seus trabalhos com dignidade, onde a escola inclusiva terá grande participação, não somente no processo de ensino-aprendizagem do aluno, como também, na socialização e no desenvolvimento pessoal e profissional das pessoas que possuem deficiência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Cartilha do Censo 2010 – Pessoas com Deficiência**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília, 2012.

CONTINI, R. M. de F. **Inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Educação de Jovens e Adultos (EJA)**. Secretaria de Estado da Educação. Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Londrina/PR, 2006. Disponível em: < <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1861-6.pdf>> Acesso em: 15/03/2015

FERREIRA, W. B. Relatório de Pesquisa EJA & Educação. **Estudo sobre a Oferta da Modalidade Educação de Jovens e Adultos para Pessoas com Deficiência**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)/Universidade Federal de Pernambuco/CEAD. 2009. Disponível em: < <http://www.ufpe.br/cead/eja/textos/windiz.pdf>> Acesso em 25/11/13

FOGLI, B. F. C. dos S.; FILHO, L. F. da S.; OLIVEIRA, M. M. N. dos S. de. **Inclusão na Educação: Uma reflexão crítica da prática**. In: Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas. São Paulo: Cortez, 2008. 168 p.

GONÇALVES, T. G. G. L. **Escolarização de alunos com deficiência na Educação de Jovens e Adultos: uma análise dos indicadores educacionais brasileiros**. Programa de

Mestrado em Educação, da Universidade Estadual de Londrina. Londrina/PR, 2012.

Disponível em: <

http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2012/2012_->

GONCALVES_Taisa_Grasiela_Gomes_Liduenha.pdf> Acesso em: 15/03/2015.

MACHADO, R. **Educação Especial na Escola Inclusiva: Políticas, Paradigmas e Práticas**. 1, ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SIEMS, M. E. R. Educação de jovens e adultos com deficiência: saberes e caminhos em construção. **Educação em Foco**. Juiz de Fora, v. 16, p. 61-80, 2011.